

COLABORAÇÃO

# O ESTADO DE ISRAEL

**Relatório apresentado ao Senado Federal pelos Senadores:**

**Ney Braga**

**Leandro Maciel**

**Aarão Steinbruch**

Voltamos, há dias, de uma viagem empreendida a Israel, por designação do Senado e atendendo a convite do Governo daquele país.

Procuraremos narrar sucintamente o que de mais expressivo nos foi dado observar nessa nossa visita e citar dados que colhemos.

Muitos conhecem a história de Israel, sua geografia e as lutas de seu povo nos milênios de sua vida. Mas sem relembrar rapidamente seus traços mais fortes, talvez não se sinta, nas devidas proporções, o milagre do Israel atual.

Israel de hoje é o produto de um sonho que os judeus sustentaram durante os dois mil anos em que foram povo sem um país.

No período compreendido entre a destruição do segundo Templo de Jerusalém, no ano 70 de nossa era, até recentemente, os judeus concluíam as suas principais preces com a expressão: "No ano que vem em Jerusalém". David, o grande rei judeu, foi quem chamou Jerusalém de Sion. E a capital de seu reino também veio receber o Grande Templo. Jerusalém é para os judeus também a Casa de Deus.

O sionismo místico-religioso, sonho do retorno a Jerusalém e a Israel, só se transformou num movimento político em meados do século passado quando, em consequência da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas, a Europa foi sacudida pelo movimento do qual resultou o aparecimento de novas nações.

A Revolução Francesa concedeu ao povo judeu o direito de cidadania. Essa emancipação, porém, apenas se refletiu sobre os judeus que viviam na Europa Ocidental. Nos países da Europa Oriental, sob o domínio dos czares russos, os judeus permaneceram sem direitos políticos e civis até a revolução comunista de outubro. E em alguns países europeus, tais direitos ainda não lhes haviam sido concedidos até o início da Segunda Guerra Mundial.

Nos países da Europa Ocidental, em que ocorreu emancipação, as grandes maiorias judaicas se integraram nos respectivos países em que habitavam. Uns poucos dentre eles, porém, influenciados pelas idéias nacionalistas da época, pensaram na criação do estado judeu.

Mas foi nos países da Europa Oriental que a idéia passou a ter os adeptos mais fervorosos. Desprovidos de direitos, submetidos às mais terríveis humilhações diárias, grande número desses judeus se esforçavam para emigrar para os países livres das Américas.

Alguns de seus mais destacados intelectuais, porém, pregavam a necessidade de uma nação própria. A grande maioria dos judeus que emigraram para a Palestina nos primórdios do renascimento do Estado de Israel foi constituída de elementos advindos da Rússia, Polônia e outros países da Europa Oriental. Entre eles encontravam-se homens como David Ben Gurion, Levi Eshkel e outros, ainda hoje os principais dirigentes do país.

Foi um judeu austríaco, no entanto, quem equacionou e formulou com maior clareza a idéia política do retorno a Israel. Theodoro Herzl, jornalista de Viena, incumbido de fazer a cobertura do processo Dreyfus, na França, redescobriu

a existência do anti-semitismo e passou a dedicar a sua vida ao objetivo do restabelecimento do Lar Nacional.

O primeiro grande documento criador de Israel foi o Livro "O Estado Judeu", de Theodoro Herzl. Anos depois, sob a pressão de organizações políticas judaicas e de interesses próprios na área, os ingleses emitiram a Declaração Balfour. Os judeus passaram a emigrar em grande escala para a Palestina. No país de seus antepassados inventaram novas organizações de trabalho como o "Kibutz" e o "Moshav", dos quais ainda falaremos. Criaram a Universidade Hebraica de Jerusalém, institutos científicos e a Confederação Geral do Trabalho — Histadruth — que, em conjunto, contribuíram de forma decisiva para modernização da área e a sua transformação no estado-módulo que é hoje.

Pouco antes da Segunda Guerra Mundial, os ingleses praticamente proibiram a imigração de judeus para a Palestina. Mesmo com as restrições, a emigração continuou se realizando, afrontando perigos e perseguições, como foi o caso do navio "Exodus", que depois foi romanceada.

Os judeus palestinos, apesar de tudo, alistaram-se em massa no exército inglês para lutarem contra os nazistas. Mas ao fim da guerra, ao se confirmarem os rumores do massacre de seus irmãos na Europa dominada por Hitler, tomaram de armas para conquistarem a independência da Palestina Judáica. E nessa luta, tiveram as simpatias do mundo, horrorizado com os crimes cometidos pelo nazismo.

Os ingleses preferiram tentar preservar a Palestina, enquanto os árabes, por outro lado, também pressionavam no sentido de que não fôsse criado o Estado Judeu.

Não encontrando, entretanto, uma fórmula satisfatória a árabes e judeus, que pudesse resolver a questão, os ingleses devolveram a Palestina às Nações Unidas, comprometendo-se a deixar o país em 1948.

Em 1947, as Nações Unidas, sob a Presidência de Oswaldo Aranha, aprovaram a partilha da Palestina em uma parte árabe e outra judia. Os árabes não aceitaram a solução. E em maio de 1948, no mesmo dia em que os ingleses abandonaram o país, os exércitos árabes invadiram a Palestina ocupada pelos judeus, na primeira de uma série de guerras.

A criação do "Estado de Israel" foi a única instância na vida das Nações Unidas, em que os americanos e russos votaram no mesmo sentido. E os Estados Unidos e a União Soviética foram os primeiros dos países a reconhecerem a existência do novo Estado.

Foi em 1948 que teve início o drama, que se desenrola até hoje e que envolve não apenas árabes e judeus, mas também as grandes potências.

O apoio russo ao novo Estado Judeu inspirou-se, certamente, na expectativa de que, sendo a sua liderança majoritariamente judia-russa, e com os ingleses apoiando os árabes, o novo país se inclinaria pela União Soviética.

Mas o novo Estado Judeu surgiu sob o signo da democracia parlamentar, do estilo inglês e sob a inspiração de velhas leis e tradições bíblicas. Não poderia jamais se deixar dominar pelo marxismo leninista-stalinista, em que a religião, como dissera Lenine, "era o ópio do povo", o inimigo do regime comunista. Inclinando-se pelo Ocidente, o novo Estado de Israel teve a antipatia de Moscou.

Após a guerra de 1948, os países árabes concordaram com um armistício, que jamais foi transformado em paz.

A situação nas fronteiras tornou-se difícil, mais tensa a cada ano que passava. A partir de 1955, era insustentável, pois nessa época, em face da questão da reprise de Assuã, o Egito virou-se para a União Soviética, dela recebendo o financiamento desejado e o armamento requerido. Ao mesmo tempo, o Presidente Nasser nacionalizava o Canal de Suez, fechando a sua passagem para navios que transportassem carga para Israel.

Desta forma, restou ao Estado Judeu uma única saída marítima através do Mediterrâneo. Ficaram cortadas tôdas as suas possibilidades de comércio com o Extremo Oriente e com o Sul da África.

A guerra do Sinai, de 1956, foi a segunda grande batalha entre árabes e judeus. Israel foi à guerra para abrir um caminho marítimo até o Índico e forçar os egípcios a permitir a sua passagem pelos estreitos de Sharm-el-Sheik (Mar Vermelho).

Após ocupar o Sinai por nove meses, Israel dali se retirou sob as pressões russa e americana. Forçar essa retirada foi uma ação mundial moralmente justificável. Parecia aparente, então, que os egípcios respeitariam os termos do acôrdo, pelo qual os israelenses concordaram na retirada-garantia de passagem pelas vias internacionais do Suez e do Mar Vermelho (Sharm-el-Cheik); garantia de que seriam suspensas as atividades dos guerrilheiros e terroristas que agiam de Gaza contra Israel; possibilidades de negociações de paz entre os países da área.

Mas se do ponto de vista moral a ação se justificava, do ponto de vista dos interesses ocidentais ela é discutível. Na verdade, o que ocorreu depois é de todos conhecido: a penetração russa no Mediterrâneo tornou-se mais profunda. Enquanto isso, o Egito não abriu Suez aos navios de Israel.

Se para o mundo a solução do conflito árabe-judeu é uma questão moral — pois envolve dois povos, aos quais tanto devemos de nossa civilização e que, como os demais, merecem viver em paz, para o mundo ocidental a penetração

soviética no Oriente Médio se constitui em um dos mais sérios problemas de sua segurança e à continuidade de sua civilização.

O conflito de junho do ano passado ainda não foi perfeitamente explicado. É muito provável que a verdade de suas origens só venha a ser conhecida daqui a dezenas de anos. Mas êle ocorreu talvez sem que nenhum dos povos dos dois lados o desejasse ou tivesse a intenção de se lançar à guerra. O que serve de vivo exemplo dos perigos que representam os mal-entendidos do mundo de hoje, o mundo que tem à sua disposição as terríveis últimas armas, as bombas nucleares.

Somos daqueles que estão convencidos que Israel foi à luta pela sua sobrevivência física. O país estava cercado de todos os lados.

Na exigüidade de seu território de pouco mais de 20 mil quilômetros quadrados, menor do que o Sergipe, dificilmente poderia sobreviver a um primeiro ataque decisivo do inimigo.

Mas é muito curioso que Nasser tenha comandado seus exércitos a seguir para as fronteiras com Israel, afastando as fôrças das Nações Unidas ali estacionadas desde 1957 para separar ambos os países e garantir a livre passagem pelo Suez, em virtude de informação recebida de Moscou de que os israelenses se preparavam para atacar a Síria.

Israel informa que o Governó local procurou o Embaixador Soviético Chuvakin para convidá-lo a, pessoalmente, verificar a improcedência dos rumores sôbre a concentração de tropas nas fronteiras com a Síria. A resposta do diplomata russo, segundo essa informação, foi a de que não precisava ver, pois que acreditava no que dizia seu governó em Moscou.

O que aconteceu foi uma decorrência natural do fechamento da passagem para o Mar Vermelho e das promessas do líder egípcio de que chegara a hora da destruição de Israel. E hoje os israelenses controlam quatro vèzes mais território do que antes da guerra.

E pela primeira vez nos últimos dois mil anos, desde que foram expulsos de Israel pelos romanos, controlam tôda a cidade de Jerusalém, Capital de David.

Com a ocupação das novas terras, Israel também assumiu o contróle de uma população árabe de cerca de um milhão de almas, tendo agora, sob a sua administração, cerca de um milhão e trezentos mil árabes.

Percorremos parte dos territórios ocupados, assim como vimos parte do material de guerra apreendido pelos israelenses em junho passado.

Confrontando a Galiléia e todo o lago dos Tiberíades, ou Mar da Galiléia, estão as elevações do Golan. Ali, acima dos israelenses, dominando os vales em baixo, estavam os sírios. A situação, nessas fronteiras, era realmente difícil.

Podemos dizer que a operação de conquista das elevações de Golan pelos israelenses transformou-se, desde já, num episódio clássico. Tão fortificadas quanto as famosas linhas Maginot e Siegreg na última grande guerra, elas foram tomadas de assalto, em pouco mais de 24 horas.

Os sírios, além do mais, tinham domínio de parte das origens do Rio Jordão, o Rio da Vida para Israel, que poderiam desviar. Sem as águas desse rio, o Estado de Israel não poderia sobreviver um só dia. Agora, tais fontes estão em mãos dos israelenses.

Para se ter idéia do valor dessa conquista, transmitimos aqui uma informação que obtivemos: havia um projeto de pesquisa, em Israel, para a dessalinização da água do mar. Apesar do elevado vulto do empreendimento, a grande prioridade obrigava a sua execução imediata.

Controlando, agora, a parte superior do Rio Jordão, esse projeto foi relegado a um grau secundário de prioridade, aguardando que outros países também interessados, participem simultaneamente da pesquisa.

Antes de junho de 1967, o Jordão servia de fronteira entre Israel e a Jordânia apenas num pequeno trecho.

Na maior extensão da fronteira, apenas uma linha imaginária separava os dois países.

Nada havia, separando Gaza de Israel, além de umas cercas de arame farpado em alguns trechos, ou o sinal, em cartazes amarelos, dizendo: "Cuidado, fronteira à frente". Nas novas posições ocupadas depois de junho, Israel tem as melhores possibilidades de defesa de sua curta história de 20 anos.

Ao que nos parece, se de um lado é verdade que a ocupação de tais territórios é uma pesada responsabilidade para os seus exércitos, por outro lado a sua defesa, do ponto de vista militar, é mais simples do que nas posições que tinha antes da guerra de junho. O Jordão o separa da Jordânia. As elevações do Golan estão em suas mãos, constituindo-se em obstáculo na direção da Síria. E entre Israel e o Egito encontra-se o deserto de Sinai, para não falar de Suez. Os israelenses parecem estar dispostos e decididos a conversar sobre todos os problemas que os separam dos árabes, à exceção da independência de Israel, contanto que as nações árabes concordem, de início, em se sentarem com eles à mesa negociadora.

Mais do que nunca, tudo faz crer que o país quer a paz com o seu vizinho.

E se examinarmos quais seriam as vantagens decorrentes de uma paz para Israel, só poderemos acreditar que ele é sincero nas suas ambições em tal sentido.

O mais avançado país da área, sob todos os pontos de vista, se Israel realizasse a paz com os árabes, com eles normalizando as suas relações, disporia, para começar e logo à porta, de um imenso mercado em potencial de sessenta milhões de indivíduos. Com a paz, suspensas as atividades da Comissão de Boicote da Liga Árabe, Israel teria acesso a outros mercados de influência maometana, como o Paquistão e a Índia. O país ampliaria a sua presença política e diplomática através do mundo. E, com a paz, haveria uma mais intensa imigração de judeus para Israel.

Outras vantagens podem ser citadas. Assim, as Fôrças Armadas de Israel custam ao país 50 mil dólares por hora ou cêrca de 600 milhões de dólares por ano. Os seis dias de guerra, em junho passado, custaram a Israel cêrca de um bilhão de dólares.

Com a paz e liberando-se de parte de tais recursos para investimentos, o país teria uma expansão econômica ainda mais acentuada.

A continuação do atual estado de beligerância implica não só nas *consequências psicológicas do estado de guerra sobre a própria população*, nas despesas militares, como também na responsabilidade direta sobre uma população árabe que, em breve, em virtude de sua maior taxa de crescimento, poderá ser maior que a judáica no Estado Judeu.

E enquanto a paz não chega, árabes e judeus se continuam armando para a eventualidade de um nôvo conflito.

Nos últimos quinze anos, segundo uma fonte tão autorizada quanto a revista tunisiana "Jeune Afrique", as nações árabes dispenderam vários bilhões de dólares em armamentos, que de nada lhes serviram em seus embates com Israel. As populações árabes continuam com rendas *per capita* muito baixas e com uma taxa de crescimento demográfico que é das mais altas.

Evidentemente, uma paz entre árabes e israelenses também seria conveniente aos primeiros. A assistência técnica prestada por Israel a cêrca de oitenta países, o Brasil inclusive, se tem revelado mais do que efetiva. Uma estreita cooperação entre árabes e israelenses poderia, com certeza, resultar num rápido e maravilhoso desenvolvimento de todo o Oriente Médio.

Ao que compreendemos, há governos árabes que vêem a existência de Israel como uma agressão. E para eles, quando falam em eliminar as *consequências da agressão*, querem mesmo dizer eliminar Israel. Esta atitude, se para uns parece compreensível, é, entretanto, pouco lógica. Nas guerras modernas, o número de soldados não é tão importante.

Os árabes são corajosos e imaginosos. E sempre foram magníficos guerreiros. Mas, é sabido que, em têrmos tecnológicos, estão atrasados em relação aos israelenses.

Alega-se que o recurso à guerra de guerrilhas pode fazer desaparecer uma tal diferença. Cita-se, como exemplo, o Vietcong, que está enfrentando os soldados americanos.

Mas Israel não é o Vietnã. A geografia física da área não favorece a guerrilha. Há margem para atividades do tipo terrorista, o que vem acontecendo aliás. Mas estas não bastam para derrotar um exército e, muito menos, para desmoralizar uma população que foi preparada para o sofrimento durante dois mil anos e que escolheu Israel como pátria para nela viver ou morrer.

Além do mais, as populações dos territórios ocupados, ao que nos consta, não tendem a cooperar com guerrilheiros ou terroristas.

Ao fim de um ano de ocupação israelense e com plena liberdade de movimentos por todo o território de Israel, os árabes das áreas ocupadas parecem ter compreendido que uma nova guerra também a nada levará a não ser a mais sofrimento para todos.

Os dirigentes árabes parecem estar convictos de que, pela força, nada mesmo poderão obter a curto ou médio prazo. Mas os erros passados sempre são poderosas cadeias, das quais os homens não conseguem escapar.

Mais do que ninguém os russos conhecem a situação das forças da região.

A experiência histórica mostra que os russos em momento algum perdem a sua objetividade e realismo, quando se trata de seu interesse. Eles recuaram em Berlim e recuaram em Cuba. E até agora evitaram um envolvimento direto na guerra do Vietnã, preferindo ajudar o Vietnã do Norte com armas, exatamente para não correrem o risco de um confronto direto com os Estados Unidos.

Na guerra de seis dias, segundo nos informaram em Israel, os russos perderam dois bilhões de dólares nos armamentos capturados pelos israelenses aos egípcios. O seu apoio ao Egito lhes está custando caro. Mas, até agora, o preço que estão pagando lhes parece barato em vista do que estão conseguindo.

Basta olhar o mapa do Oriente Médio para compreender a importância estratégica da região. Ela foi, na história, a passagem obrigatória de todos os conquistadores, pois é uma ponte entre três continentes. Toda grande potência, que tiver o controle do Oriente Médio, terá um peso decisivo nos assuntos da África e da Ásia. E, com certeza, nos da Europa.

Dominando o Oriente Médio e com bases no Mediterrâneo, os russos passarão a ter o controle das principais fontes de petróleo da Europa, asseguram-se de sua já profunda presença no norte da África e, possivelmente, no resto do continente negro. E parece ser o que pretendem. Sua intenção é ganhar a guerra politicamente, pela extensão de sua influência, fazendo a balança do poder pesar para o seu lado.



A penetração russa no Oriente Médio ainda é recente. E os seus passos na região são dados com a maior precaução para não provocarem, desde logo, também aos milhões de maometanos ortodoxos, que vêem no comunismo o seu grande inimigo.

A situação atual é tensa. E é perigosa no ambiente explosivo do Oriente Médio, em que os ódios podem se acentuar com a passagem dos dias. O ódio, não precisamos dizer, é péssimo conselheiro. Sob a pressão do mesmo, uma nova guerra pode acontecer. E não exageramos ao afirmar que o que ocorre no Oriente Médio tem implicações sobre o bem-estar e a paz mundial.

A exposição que fazemos corresponde a pontos de vista que recolhemos. Os israelenses não descontam a possibilidade de que, pelo recrudescimento das atividades terroristas e as conseqüentes represálias de Israel, as fronteiras se esquentem a um ponto insuportável por ambos os lados. E um nôvo conflito disso resulte sem que ninguém o deseje.

Como membro do Conselho de Segurança, é lógico que o Brasil está informado o melhor possível de tal situação e dos meios e maneiras pelas quais possa influir para que as tensões se reduzam e sejam criadas as condições de paz.

Como País membro das Nações Unidas, é nossa responsabilidade velar para que se cumpra a Carta e haja a paz.

Pela nossa segurança, é essencial que haja a paz.

Pelo nosso desenvolvimento, é mais do que importante que haja um tal entendimento, pois que enquanto estiverem empenhadas em lutas e conflitos, direta ou indiretamente, as grandes nações só poderão reduzir o auxílio econômico de que carece o mundo em desenvolvimento, o que aliás está acontecendo.

Representado em tôdas as capitais árabes e em boas relações com Israel — país que, de certa forma, surgiu com a contribuição direta de um brasileiro e da política externa do Itamarati, temos aí uma oportunidade única de prestar um grande serviço à humanidade, uma oportunidade que por certo não perderemos.

Não tendo interêsses diretos na área, teríamos as mãos livres e limpas, e a confiança de ambos os lados, a contribuir para o nosso sucesso.

Contaríamos, para tanto, com a capacidade que é bem característica do Itamarati. Tornamo-nos testemunha do trabalho, do bom senso e da ótima representação que o Brasil possui no exterior. Por onde passamos, encontramos homens do Itamarati atuando condignamente, cômscios de suas responsabilidades, elevando o nome do nosso País. Sabemos que isto não constitui novidade, mas, por um dever de justiça, não poderíamos deixar de registrá-lo.

Mas, enquanto nada se decidia, as contendas não pararam e até hoje, de certa forma, prosseguem. Impressionam muito em Israel, principalmente na estrada que vai de Tel Aviv a Jerusalém, os carros de combates incendiados e que, à margem da rodovia, permanecem como símbolo da luta pela liberdade.

Como é impressionante também ver-se que, apesar das fronteiras hostis, apesar de encontrarmos todos os dias carros e mais carros de combate circulando, cheios de jovens, pelas estradas recém-asfaltadas, apesar de todas as famílias terem filhos que a qualquer instante podem sucumbir num golpe armado fronteiriço, apesar de tudo isso, é admirável sentir-se no povo de Israel uma fé extraordinária no futuro.

O fato de ser uma população minoritária inicialmente — em 1914, início da primeira Guerra Mundial, só existiam 85.000 judeus na Palestina — a fé de seu povo, a perseguição odienta e desumana que existiu em certas regiões, o milenar estado de lutas, que vem desde o período bíblico até os nossos dias, esses fatores todos uniram o povo judeu que cultua as suas tradições e não se olvida do passado sacrifício de seus ancestrais. Não. Ele dá ao passado sofrido o seu real valor e dêle tira estímulos e exemplos, que originaram nele um extraordinário espírito fraterno de ajuda mútua, marca definida do tipo de colonização da terra israelense.

História marcada pelo sofrimento e pelo valor espiritual, respeito à tradição, tenacidade, espírito de ajuda mútua e coragem, deram aos judeus o Estado de Israel independente e seu progresso — disse Ben Gurion — se deve ao espírito pioneiro dos imigrantes, à juventude do país, ao sentimento e à ajuda dos judeus de todo o mundo e ao poder da ciência e da técnica.

O espírito pioneiro do imigrante fez, na ocupação de Israel, algo diferente. Colonizou de modo "sui generis", mas lembrou-se que "se há na vida de um povo algo de muito antigo, profundo, que possui a qualidade de educar o homem e fortificá-lo frente aos acontecimentos que o esperam, não se pode dizer que é revolucionário ignorá-lo" e por isso, a par de medidas revolucionárias, lembrou-se do respeito devido à dignidade do homem, dos princípios de liberdade e justiça, inseridos em sua declaração de Independência.

É realmente significativo o que consta nessa declaração, quando afirma que "O Estado de Israel estará aberto à imigração judaica de todos os países, promoverá o desenvolvimento do país para benefício de todos os seus habitantes e estará baseado nos princípios de liberdade, justiça e paz, à luz dos ensinamentos dos profetas hebreus; manterá uma completa igualdade social e política de direitos para todos os seus cidadãos sem distinção de credo, raça ou sexo, e garantirá a liberdade de culto, consciência, idioma, ensino e cultura; salvaguardará os lugares santos de todas as religiões e será fiel aos princípios da Carta das Nações Unidas".

Mais do que em palavras, podemos afirmar que sentimos, em Israel, o respeito e a conseqüente ação em favor do cumprimento dessas proclamações.

Governo e povo estão unidos num trabalho digno de maior admiração.

Lógicamente, as estruturas que deram a Israel o seu atual desenvolvimento não serviriam para outros Estados, cujas condições não fôsem semelhantes. Mas é preciso reconhecer que a imaginação e o espírito prático dos dirigentes israelenses conseguiram compor um quadro estrutural nôvo que propiciou o enorme progresso social e econômico que lá vimos.

Em vinte anos de independência, com uma população pouco superior a dois e meio milhões de habitantes, com um território pequeno, equivalente a cinco vêzes a restrita área de Brasília, e menor que a área correspondente à décima parte do Estado do Paraná, cercado por nações que lhe são hostis; com poucos recursos naturais de significação; sem água suficiente, em Israel, governos práticos e povo capaz criaram padrões de vida tão elevados quanto aqueles predominantes na maioria dos países europeus. E tudo se realizou com urgência — a urgência de quem tinha pouco tempo para firmar-se — sem a demagogia de ideologias salvadoras, sem apelos totalitários, num contexto democrático que, em momento nenhum foi ferido em sua substância.

Fomos a Israel para ver. Vimos e aprendemos muito.

Vimos e sentimos um país em desenvolvimento. Quase não se percebe que há poucos meses estêve em guerra.

Analisamos, com homens de seu Governo, as raízes dêsse desenvolvimento, que tem a impulsioná-lo em parte a contribuição da ajuda externa, mas, principalmente, o trabalho dos que lá chegaram com sua bagagem de conhecimentos técnicos e científicos de extraordinário valor, com vontade de vencer e fé nesta vitória.

Só, a ajuda financeira ou técnica jamais bastou para o desenvolvimento de qualquer país. Elas podem contribuir para a solução de alguns problemas. Não são, porém, jamais suficientes para realizar o desenvolvimento econômico ou o progresso social.

A base do desenvolvimento de Israel foi a fé, a coragem, o arrôjo de sua gente. Com suas fronteiras ameaçadas, nunca esmoreceu no trabalho. Ouvindo o espoucar dos instrumentos bélicos e sem descuidar-se de sua defesa e de sua segurança, nunca pararam, como hoje não estão parados, em sua gigantesca obra de construção.

Israel recebeu imigrantes do mais alto nível intelectual e grande ajuda econômico-financeira externa. Mas também recebeu imigrantes não apenas analfabetos, como ignorantes de todo o progresso humano havido nos últimos dois mil anos.

Em poucos anos, o Estado de Israel teve a sua população triplicada. Grande parte chegou sem recursos materiais e uma parcela relativamente ponderável, sem preparo cultural. De 1948 a 1951, foram recebidos quase setecentos mil emigrantes, e, nos anos seguintes até hoje, com pequenas variações que resultam em média anual de aproximadamente sessenta mil. Ainda hoje, apenas trinta e cinco por cento da população existente é de cidadãos natos.

O direito que têm todos os judeus, de qualquer procedência, de estabelecer-se em Israel, deu ao Estado êsse dever de receber a todos, o que foi regulado, em 1950, pela Lei do Retôrno.

Tornar possível naquele território a vida de todos êsses emigrantes é algo de gigantesco. Foi preciso provê-los com trabalho, para que pudessem viver com dignidade, com moradia, com assistência social; foi necessário alfabetizar os adultos e dar escolas aos jovens. Tornou-se urgente produzir alimentos e encontrar meios de distribuí-los com eficiência, a fim de evitar que os seus preços se elevassem acima das possibilidades materiais da população em geral e dos novos emigrantes em particular.

Tais tarefas seriam consideradas enormes, mesmo pelos países desenvolvidos. Israel foi obrigado a cumpri-las nas condições de um Estado que se formava após uma guerra, de terras que há centenas de anos já não eram férteis, de uma região onde uma pequena chuva é uma bênção maior. E o fez com sucesso.

A análise do problema do seu solo, da dificuldade de água sob a influência também do fluxo de emigração, das tradições, das condições de fronteira, é necessária para compreendermos sua colonização.

Quanto ao solo e o trabalho para seu melhoramento, observamos a ação do govêrno e do povo israelense.

Israel tinha, antes da Guerra dos Seis Dias, vinte mil e oitocentos quilômetros quadrados, zona semi-árida, com metade de sua superfície desértica.

A faixa litorânea, as montanhas e colinas, como também os seus vales, obrigaram em grande parte trabalhos de drenagem, cuidados contra a erosão e irrigação em várias regiões. O deserto do Neguev, com mais de 10.000 km<sup>2</sup>, tem condições físicas e clima característicos de um deserto típico e sem esperança.

Os trabalhos referentes à proteção do solo são profundamente estudados e executados. Os séculos passados de descaso, as guerras, o fogo, o pastoreio descontrolado, modificaram o panorama da Canaã e, quando começou o ressurgimento hebreu do país, a sua vegetação estava arrasada e seu solo erodido.

Em 1939, um técnico proclamou, ante êsses perigos, o que chamou de undécimo mandamento: "Tu conservarás a herança da terra santa escrupulosa-

mente, guardando seus recursos e produtividade de geração em geração; salvarás teus campos da erosão do solo e tuas águas da seca; teus bosques da desolação e protegerás tuas colinas do excessivo pastoreio do gado, para que teus descendentes possam viver na abundância para sempre. Se não cumprires esses preceitos, teus campos férteis se converterão em terras estéreis ou barrancos áridos, e teus descendentes minguarão e viverão consumidos na indigência ou perecerão para desaparecer da face da terra”.

Com a proclamação do Estado, o término da Guerra da Independência e a imigração em massa que duplicou o número de habitantes em apenas três anos, impuseram um aumento rápido de produção de alimentos.

O melhoramento das terras em escala acelerada foi facilitado pela ação de drenagem de pântanos, cuja maior zona foi a do Vale do Hule, cerca de 60 km<sup>2</sup> de excelente terra.

O Fundo Nacional Judeu, em 1960, foi designado agente nacional exclusivo para o melhoramento do solo.

Três fatores se uniram para tornar mais eficiente e rendoso o trabalho no solo israelita: a ciência, a tecnologia e o espírito pioneiro do povo. Os homens da ciência fizeram pesquisas com amostras de solo de todas as regiões de Israel e o classificaram segundo sua melhor finalidade. Assim, uns se mostraram mais apropriados para a pecuária, outros para hortas, laranjais, lavouras diversas, onde deveria haver reflorestamento e assim por diante. Houve ainda investigações profundas sobre fertilizantes.

Como complemento aos estudos científicos, a técnica era aprimorada com plantas para serem introduzidas na agricultura de Israel, além de gado europeu.

Como complemento aos estudos científicos, a técnica era aprimorada com a ida ao campo e as explicações diretas dos homens de laboratório aos agricultores sobre o resultado dos ensaios e a melhor forma de se conseguir maior produtividade.

Assim, aos poucos, as zonas montanhosas tiveram seu solo melhorado com o terraceamento. As dunas do litoral tiveram seus movimentos detidos, na ameaça de cobrir os campos, por plantações de árvores, que hoje se vêem em quase toda a extensão costeira.

O Deserto de Neguev, por plantações de árvores e por pastos perenes, ou, ainda, por outras ações técnicas, retrocedeu 65 km.

Vários tipos de árvores, como o eucalipto, a acácia, o pinho em algumas variedades, os ciprestes e outros, foram aplicados no reflorestamento. Foi grande a conquista até hoje, e nós pudemos observar, na recuperação do solo, que a cor verde já predomina em grande parte do território israelense.

As faixas existentes, brancas ou amareladas, servem de termo de comparação do que foi e do que é o solo de Israel.

O Fundo tem, para os próximos anos, planos para o melhoramento de 100.000 hectares — a maior parte nas regiões montanhosas — e a plantação de cerca de 100 milhões de árvores frutíferas, prioritariamente nas zonas fronteiriças, porque elas devem ser firmadas por uma densa população e uma sólida economia.

Continua, assim, Israel melhorando o seu solo e conquistando o deserto.

É importante observar-se que, em todos os projetos de melhoramento da terra, ou em qualquer outro de desenvolvimento, a construção de estradas freqüentemente precede outras atividades.

O problema da água em Israel é assunto fundamental em seus estudos, em suas preocupações e aparece em quase tôdas as palestras. Aproveitam-se os rios, o Jordão em particular, sendo conhecidas as discussões que houve com países vizinhos sobre o desvio de suas águas. Capta-se a água dos lagos. Aproveita-se a precipitação pluvial. Perfuram-se poços. Constroem-se obras extensíssimas de aquedutos, indo um deles da Galiléia ao Neguev. Bomba-se água de terras baixas para terras altas. Recuperam-se as águas residuais. Elabora-se o orçamento de distribuição de águas.

No afã de buscar água os investigadores israelenses, no Instituto Weitzmann, na Escola Politécnica de Haifa e no Instituto de Investigações de Regiões Áridas de Beersheba, se dedicaram a pesquisar um método econômico para dessalinizar a água do mar e as águas salobras do subsolo. Em 1964, o Presidente Lyndon Johnson e o Chefe do Governo Levi Eshkol convencionaram estabelecer uma empresa conjunta dos países, com a finalidade de dessalinizar a água do mar em condições mais econômicas e que produziria, simultaneamente, água potável e energia elétrica provinda de energia nuclear. Conforme já frisamos, porém, esses planos, que constituíam metas de altíssima prioridade, tiveram no momento seus prazos de estudos ampliados após junho do ano passado, devido à conquista do Rio Jordão, minorando as agruras no país por falta do líquido.

Esse esforço conjunto dá condições para melhor produção agrícola, possibilita a instalação de indústrias — pois elas não são possíveis sem água — abastece cidades que surgem, crescem e se multiplicam.

A luta que enfrentavam os primeiros colonizadores, contra as dificuldades mais variadas, obrigava-os a intensificar ainda mais aquele espírito de ajuda mútua que já traziam pela sua tradição, e eram levados a uma cooperação cada vez mais intensa, sendo derrotados aqueles que assim não entendiam. A aridez do solo, os ataques, tudo enfim impunha a união para a sobrevivência. Não cremos que a colonização e as várias estruturas de Israel tenham sido influenciadas por fundamentos ideológicos.

Tudo lá nasceu de condições espirituais que já frisamos, de meios que já enunciamos, de uma tenacidade admirável e de invejável espírito prático para a solução dos problemas. Por isso tudo Israel organizou-se exemplarmente no sistema cooperativo. Preuss tinha razão em dizer: "É preciso frisar que o movimento cooperativista na Palestina não seguiu em princípio nenhuma teoria socialista, anarquista ou qualquer outra preconcebida, mas que surgiu, principalmente, das condições nacionais e sociais do esforço realizado no próprio país, e da condição espiritual dos emigrantes, a maioria dos quais não se teria enraizado no país a não ser por esse movimento".

É preciso assinalar-se que o Fundo Nacional Judeu, criado em 1901, deu uma nova fase à história da Colonização, quando começou seus trabalhos práticos em 1905. Daí para cá, vimos a compra de terrenos pelo Fundo e pelo Governo, facilitando a colonização.

A colonização foi feita fundamentada na organização cooperativa e, assim, a maior parte da agricultura e grande parte da indústria e dos serviços são realizados dentro desse sistema.

No campo, existem tipos distintos de movimentos cooperativos.

O Kibutz é o mais famoso deles, embora não seja o mais aceito pelos emigrantes de após 1948. Existem cerca de 230, com uma população total de 82.000 pessoas.

A experiência Kibutziana, pensamos, não serviria ao Brasil. Ela surgiu da necessidade do esforço coletivo para a produção, da defesa contra o ambiente hostil em que se formou o país e com formação espiritual apta a aceitar aquele tipo de vida.

O Kibutz é uma comunidade agrícola.

Um grupo de homens e mulheres junta-se, recebe por aluguel um pedaço de terra. Constroem então uma pequena vila de vivendas, um restaurante coletivo, casas de crianças, escolas. O trabalho é coletivo. Cada um é usado segundo as suas possibilidades. A divisão do produto é feita com absoluta igualdade. De cada um, exige-se o que pode dar a sua capacidade e para cada um se dá o que pede a sua necessidade.

Mas todas as decisões, desde a distribuição de tarefas à divisão do produto, são tomadas democraticamente, em assembléia-geral.

É essa assembléia-geral que decide se deve ou não aceitar um novo membro. Ela elege o governo local do Kibutz. E cada membro do Kibutz, homem ou mulher, conta com um voto nas decisões.

A produtividade do Kibutz é a mais elevada entre as cooperativas agrícolas. E isto porque trabalha em grandes unidades de terra, onde pode utilizar as mais modernas máquinas e implementos.

Os seus membros passam por escolas de especialização. O homem que cuida dos currais ou do galinheiro, o homem que cuida da contabilidade ou da distribuição diária do trabalho é um especialista.

Não há Kibutz sem biblioteca, sem auditório para debates, concertos ou teatro, sem uma ativa vida cultural.

Não existe propriedade particular, a não ser alguns bens pessoais.

Para ingressar no Kibutz, nada se paga e ao se desligar, nada se recebe, além dos pertences pessoais e, em alguns casos, uma pequena soma para os primeiros tempos fora dele.

O objetivo do Kibutz é organizar e desenvolver a condição econômica de seus membros, de acordo com os princípios cooperativos, desenvolver a fazenda coletiva na agricultura, na indústria e em outras atividades culturais, sociais e assistenciais. Pode ser dissolvido conforme fixarem os seus Estatutos. A mulher tem o trabalho normal para o qual é capacitada. Inicialmente, eram iguais aos homens, no que diz respeito ao trabalho. Geralmente, elas não executam trabalho pesado. Em tarefas normais, porém, não há diferença entre homem e mulher, como por exemplo, na cozinha, na jardinagem, no restaurante, no trato de aves, em atividades fabris etc. Nota-se perfeitamente, entretanto, que aos poucos as mulheres estão tendo as suas ocupações mais afeitas às suas capacidades, como ocorre com professoras e enfermeiras.

A nossa observação pessoal:

Os Kibutzim são verdadeiros jardins. Integram-se perfeitamente dentro do espírito nacional.

No setor de obras internas, têm certa autonomia, funcionando quase como uma verdadeira Prefeitura. Para comercialização de seus produtos e para a exportação ligam-se principalmente à TNUVA (Cooperativa de Comercialização Agrícola e Exportação) e à HAMSHABIR HAMERKAZI (de compra e produção industrial).

Visitamos Bor-Chail e mais alguns Kibutzim.

Vimos casas de crianças, refeitórios, casa de cultura. Visitamos, em sua casa num Kibutz, o Ministro da Agricultura.

Todos vivem sem o supérfluo.

Também observamos os aspectos positivos de produtividade nos Kibutzim, inclusive na indústria de desidratação de legumes de Bror-Chail.



Conversamos com jovens e velhos, alguns brasileiros e muitos de outras nacionalidades. São felizes dentro de seu modo de vida.

Afirmamos, entretanto, que para a tradição que cultuamos, o coletivismo total não se apresenta como solução a ser defendida fora das condições que a impuseram em Israel.

O Kibutz se constitui por simples iniciativa de um grupo ou por orientação de uma das federações Kibutzianas. A instalação é supervisionada principalmente por três entidades: Agência Judaica, Central Agrícola do Governo e Exército — que tratam do plano de colonização, dos financiamentos e da segurança.

É preciso focalizar também que o Kibutz não é só uma organização agrícola, mas atua também, quando quer, em atividades industriais e até comerciais, como por exemplo em restaurantes.

Há casos em que vários Kibutzim se reúnem para um empreendimento.

Apesar da grande produtividade agrícola dos Kibutzim, devemos notar que, por razões várias, inclusive a dificuldade de tornar homogêneos os grupos para vivência tão íntima, o seu número não cresceu muito após 1948.

Os Moshavim, outro tipo de organização, depois da independência cresceram muito mais em número, por estarem dentro do tipo de estrutura comunitária baseado na vida familiar individual e na cooperação flexível. O nôvo colono escolhia a vida dentro de um sistema social a que estava mais acostumado.

Em 1948, existiam 91 Moshavim e hoje 365.

Em 1948, 136 Kibutzim e hoje 230.

A forma dominante, pois, de organização social da zona rural é o Moshav, cujo número aumentou depois de 1948, em 274, enquanto os Kibutzim tiveram um acréscimo de 94.

Os Moshavim Ovdim são os que abrangem maior número de cooperados, pois existem num total de 345, abrangendo população superior a 100.000 habitantes. Enquanto isso, os Moshavim Shitufim, em que o trabalho e o produto são coletivos, sendo a habitação e a educação familiares, são em número de somente 20, congregando pouco mais de 3.000 pessoas.

No Moshav Ovdim, cada família tem o seu pedaço de terra para trabalhar. Assim como a educação, a habitação e a produção, o trabalho é da família. As compras e vendas são no sistema cooperativo.

O vilarejo é construído e se desenvolve ao redor de um centro onde ficam localizados todos os serviços. É neste centro que está localizada a cooperativa de compras e de vendas. É onde se encontram os equipamentos agrícolas

pesados e outros bens para serem alugados ou vendidos aos membros do conjunto, contando-se entre esses bens, fertilizantes, rações etc. É onde está a escola.

Visitamos proprietários de 10.000 m<sup>2</sup>, ou dez DUNAM como dizem em Israel, com suas casas confortáveis, com máquinas de lavar roupa, rádio, geladeira elétrica e também com estábulos, ordenha mecânica, plantações, criações de aves, tudo nos arredores da moradia.

Não poucos são proprietários de automóveis, têm filhos nas Universidades, viajam para o exterior.

Tôda essa organização de campo, misto agro-industrial, liga-se às organizações regionais e nacionais para planejamento e recebe orientação e financiamento do Govêrno, através de seus Ministérios e agências várias.

O Ministério da Agricultura atende quanto ao problema agrícola, o Ministério de Indústria e Comércio no seu setor, e outros conforme a competência de cada órgão. Na parte comercial e, em muitos casos, no tocante a crédito e assistência de modo geral, ligam-se às maiores cooperativas de âmbito nacional.

Já assinalamos as ligações dos Kibutzim e Moshavim principalmente com a TNUVA, para a venda, inclusive exportação, de produtos agrícolas, dos quais ela manipula 70% da produção de Israel.

É interessante nos determos por alguns momentos na TNUVA, cuja cooperativa visitamos durante um dia.

A TNUVA é uma organização que congrega hoje 550 Kibutzim e Moshavim associados, além de 1.700 agricultores individuais, dos quais 600 são árabes. Cerca de 300.000 usufruem a TNUVA, que movimenta 180 milhões de dólares anuais.

Para tôda essa movimentação, ela conta com 3.500 empregados.

A TNUVA divide o país em 5 (cinco) regiões geográficas com as seguintes sedes: Tel-Aviv, Jerusalém, Haifa, Galiléia e Neguev. Cada região tem seis departamentos: Departamento de Frutas, de Verduras, de Aves e Ovos, de Peixes, de Lácteos e o Departamento Geral, onde se situa a Administração.

Possui 34 mercados com frigoríficos, dos quais o maior está em Tel-Aviv.

Para efeito de controle de oferta e procura, Israel está dividido em 17 regiões. Em cada uma delas dois funcionários, equipados com jipe e rádio, informam à Central sobre a oferta para o dia seguinte dos produtos mais importantes e perecíveis. Enquanto isso, os consumidores, que são as empresas distribuidoras, informam sobre as necessidades. Todos os dias, às 10 horas e meia da manhã, a Central efetua o cotejo das disponibilidades com as necessi-

dades e faz o jôgo do encaminhamento da produção para os mercados consumidores, regulando assim, de certo modo, a oferta e a procura. É lógico que tal processo é possível porque o país conta com bom sistema rodoviário, fáceis comunicações e pequena área geográfica.

A agricultura, em Israel, é planejada em função do mercado. Após a análise do mercado interno e externo, é estimulada a produção que interessa ao país. Exige-se qualidade e toma-se muito cuidado com a quantidade, seja para evitar a diminuição da oferta e o encarecimento, seja para evitar o excesso de oferta e a necessidade de armazenamento e manutenção de estoques superiores às possibilidades financeiras dos orçamentos da agricultura.

O pagamento de taxas a TNUVA é variável. Normalmente, a verdura paga cerca de 10%, ovos 5%, além de 1% de taxa para ampliação de armazéns e investimentos diversos. Essa contribuição varia conforme os custos, e o excesso de arrecadação de um ano para outro provoca a queda do valor das taxas.

A direção da TNUVA é eleita e sòmente são remunerados os cargos diretivos cujos ocupantes os exercem com tempo integral.

Conta essa organização com organizações de compra para as cooperativas regionais e locais.

Além dessas, existem, em Israel, cooperativas de consumo, de transportes, de indústria e outras. É êste movimento cooperativo que contribui para custos menores de produção, maior eficiência e produtividade na distribuição.

A Associação Nacional das Cooperativas mantém, inclusive, escolas de cooperativismo.

Por outro lado, para o melhor planejamento da produção e da comercialização, existem conselhos especiais para determinados produtos. Êsses conselhos, como os destinados às frutas cítricas, que se constituem no principal produto de exportação do País, consagram representantes dos agricultores, dos distribuidores e do Govêrno. E em conjunto, apreciando os problemas, tomam as decisões que são aceitas por todos.

Tais conselhos influem diretamente não só na produção, como na produtividade, na qualidade, na fixação e na garantia dos preços mínimos. Dispõem de organizações de técnicos capazes de selecionar o produto e classificá-lo — só o melhor é exportado, e pelo melhor recebe o produtor preços mais elevados.

E tudo se faz sem maior burocracia, sem maiores complicações. Pràticamente.

Êsses conselhos se responsabilizam também pelas exportações. Designam representantes comerciais, para servirem no exterior, para serem os vendedores e para controlarem a entrega.

Esses representantes funcionam como agentes comerciais. Não lhes cabe apenas a promoção, mas todo o esforço de venda. É por isto que os produtos agrícolas de Israel estão penetrando cada vez mais no mercado e obtendo, inclusive, preços com bonificações.

Israel exporta tomates, por exemplo, com cuidados que só vimos antes na exportação das frutas mais delicadas. As partidas de produtos agrícolas chegam a todos os cantos em perfeitas condições. E quando isto não acontece, é o próprio representante do país que as recusa e devolve. O bom nome do produto agrícola israelense é considerado essencial ao interesse nacional.

Qualquer que seja a estrutura do cooperativismo em outro país não se pode comparar com o movimento de Israel, pois aí se uniram todos os ramos de cooperativismo, englobando 75% de todo o momento em um organismo jurídico denominado JEV RAT OVDIM, e existe uma perfeita identidade entre essa Federação "mater" e a HISTADRUT, que é a Confederação Geral dos Trabalhadores.

O HISTADRUT foi fundado em Haifa em dezembro de 1920. Ampliou sua atividade em todos os setores, até no da ciência médica, no da construção civil, no dos transportes em geral, no industrial, na educação, na construção de estradas.

É de se salientar a cooperativa chamada "Solel Boné" (Construtora e Pavimentadora).

É importante observar-se que a maioria dos membros associados da HISTADRUT pertencem ao partido político majoritário, o MAPAI, e muito embora a organização não exerça atividade política as suas decisões refletem, em geral, a política desse partido, o maior do governo e trabalhista moderado.

É importante focalizar-se também que os comunistas nunca tiveram muitos votos na HISTADRUT e estão perdendo terreno, havendo passado de 4,9 em 1955 para 2,80 logo após, quando os membros do MAPAI, que participam da entidade, têm mais de 55%.

Praticamente todos os sindicatos foram formados pela HISTADRUT e por sua iniciativa. A Kupa Jolim, que a ela está ligada, é a maior organização médica do país, com 1.800.000 associados, dando ainda serviços gratuitos aos emigrantes nos três primeiros meses.

Tinha a HISTADRUT 872.000 membros em 1964, portanto, mais de 50% da população do país. É interessante citar que, desses associados, 40.000 são árabes.

Israel é hoje grande exportador de produtos agrícolas. As frutas israelenses são famosas nos mercados internacionais. Na Europa, compram-se flôres de Israel. Os produtos laticínios do país vão rapidamente conquistando renome

entre os conhecedores. A exportação no país atinge, anualmente, cerca de 750.000.000 de dólares, dos quais pouco mais de 200 milhões provêm de produtos agrícolas e pecuários.

A experiência adquirida por Israel no campo da agricultura está sendo disputada por outros países. E mesmo no Brasil temos engenheiros israelenses, especializados nos vários setores de agricultura, desde a irrigação ao planejamento do desenvolvimento integrado de áreas agrícolas, trabalhando em diversos estados do País.

Fenômeno semelhante Israel vem repetindo no campo da industrialização. Apesar do pouco volume do mercado interno, já existem inúmeras indústrias em escala de grandeza apreciável.

A indústria de diamantes foi desenvolvida de tal forma que contribuiu com mais de uma centena de milhões de dólares anuais para o país. A indústria eletrônica tem seus produtos exportados para os quatro cantos do mundo. A indústria de armas é mais do que apreciada pelos "experts". Israel já adquiriu a tecnologia da reforma de aviões. E nas proximidades do Aeroporto de Lida, onde se encontra a fábrica assim especializada, vêem-se aparelhos das mais diversas bandeiras sendo submetidos aos técnicos locais.

O setor de serviços apresenta altos níveis de eficiência e desburocratização. O crédito bancário é fácil e abundante. As maiores facilidades são concedidas ao capital estrangeiro que se queira investir no país.

Estreitamente ligado à vida agrícola e comunitária está o Exército. O sobressalto constante em que vive a nação, rodeada de inimigos de todos os lados, e ao mesmo tempo a necessidade de desenvolver sua economia, fazem com que a organização, ou pelo menos alguns organismos dentro do Exército se constituam em algo de "sui generis".

Passamos um dia inteiro em contacto com um desses organismos, o NAJAL (Juventude Pioneira Combatente).

Como parte integrante das Forças de Defesa de Israel, o NAJAL cumpre funções diferentes das que geralmente se exigem de uma unidade militar.

Além de ser uma unidade de infantaria de combate de primeira ordem, o NAJAL desempenha uma segunda atribuição importante: preparar seus membros para que sejam pioneiros em agricultura e estabelecer colônias agrícolas cooperativas ao longo das fronteiras de Israel.

Durante seus 27 meses de serviço militar, o soldado do NAJAL consome menos de doze para o treinamento militar propriamente dito. O restante é dedicado à agricultura. Para as mulheres, o tempo de serviço militar nessa organização é de somente 21 meses.

A primeira etapa da vida militar, após o recrutamento, consiste no adestramento básico de infantaria, por um período de três meses. Os rapazes e moças sem capacidade física para o preparo completo, têm um curso especial, durante o mesmo período, após o qual reúnem-se todos e passam um ano em um Kibutz ou Moshav. Ali, usam uniformes, estão sujeitos à disciplina militar e passam o tempo trabalhando nos diversos setores da colônia. A fim de aprofundar seus conhecimentos, são enviados a rápidos cursos intensivos, promovidos pelo Instituto de Agricultura, organizado pelo NAJAL para esse fim, onde estudam matérias específicas. Assistem também, no mesmo período, a cursos militares especializados, onde aprendem exploração e patrulha, uso de tipos especiais de armamentos, demolição etc. Às tardes, enquanto permanecem na colônia durante o ano, prosseguem com a instrução militar.

Esgotado o período desse tipo característico de instrução, eles passam a ser considerados membros da Organização Regional de Defesa.

Para melhor conhecimento da vida do Estado, é preciso saber-se de sua organização política. O Governo de Israel é Parlamentarista. O Presidente do Estado é eleito por cinco anos, de forma indireta, pelos representantes no KNESET (Parlamento), e estes se elegem pelo voto direto, em representação proporcional, por quatro anos, tendo havido antes da guerra um movimento, liderado por Ben Gurion, para votação por distrito.

Os três poderes – Executivo, Judiciário e Legislativo – atuam de forma independente e harmônica.

O Judiciário tem sua Suprema Corte em Jerusalém. Conta com Tribunais Distritais e Juizados de Paz em certas cidades. Existem também os Tribunais Religiosos para as três grandes comunidades religiosas: muçulmanos, judeus e cristãos, sobre problemas que lhes estão jurisdicionalmente afetos, como por exemplo, casamento, divórcio etc.

O Executivo compõe-se dos seguintes Ministérios:

- Defesa
- Agricultura
- Assistência Social
- Comunicações
- Correios
- Cultos
- Educação e Cultura
- Fomento e Turismo
- Fazenda
- Indústria e Comércio
- Interior
- Justiça

Polícia  
Saúde  
Relações Exteriores  
Trabalho  
Habitação

São treze os partidos políticos. Hoje, devido à situação perante os países árabes, há união nacional. Esta situação começou pouco antes da última guerra, quando todos os partidos políticos passaram a apoiar o Govêrno, e perdura até hoje. Só uma ala comunista, com unicamente três Deputados, faz oposição.

Vejamos alguns dados, que nos interessam, sôbre o funcionamento do Kneset.

A Mesa, hoje composta de um Presidente e oito Vice-Presidentes, é eleita para a Legislatura inteira. O número de Vice-Presidentes é fixado no início da sessão legislativa. Há rotação na Presidência das sessões plenárias. O Presidente e os oito Vices-Presidentes formam um colégio para o estudo de muitas matérias, como, por exemplo, a fixação da Ordem do Dia por semana.

O sistema é unicameral e 120 Deputados compõem o Kneset.

Para formação do Gabinete, tem sido praxe indicar um Deputado para Primeiro-Ministro. Encontra-se em tramitação projeto que transforma tal praxe em obrigação.

O Primeiro-Ministro indicado apresenta ao Plenário seu programa e, após o debate, há uma votação a descoberto. Após ser aceito, por maioria simples, assume o compromisso.

Há ainda a figura do Vice-Ministro, obrigatoriamente um Deputado. O Vice-Ministro, indicado pelo Ministro correspondente, é nomeado pelo Presidente, que comunica o fato ao Kneset. Esse Deputado, assim nomeado, vai se constituir, principalmente, em elemento de ligação do Ministro com o Kneset, na defesa contra críticas, na análise de projetos e em assuntos diversos que digam respeito ao Ministério.

São estas as Comissões:

Comissão do Regulamento  
Comissão de Finanças  
Comissão de Defesa e Relações Exteriores  
Comissão do Interior (Municípios, Urbanismo, Cultos Religiosos...)  
Comissão de Constituição, Lei e Direito  
Comissão de Economia  
Comissão de Trabalho  
Comissão de Educação

A apresentação de anteprojeto do Governo é feita pelo Ministro ou pelo Vice-Ministro, inicialmente em plenário. Se recusado na votação inicial, o projeto é arquivado. Se aprovado, vai às Comissões. Havendo dúvida sobre quais as Comissões que o devem analisar, ela é dirimida pela Comissão de Regulamento.

Das Comissões, o projeto volta a Plenário para segunda discussão. Nesta ocasião, recebe emendas, que são votadas. Após, é submetido a uma terceira votação, que tem a finalidade de conceder tempo ao Governo para estudar o projeto com as emendas e, se aquêle fôr originário do Executivo, poderá ser retirado caso as emendas não satisfizerem os interesses do Governo. Não há veto.

Quando se torna necessário podem ser formadas comissões com membros de várias outras, como ocorreu recentemente, quando tramitava no Parlamento um projeto de lei sobre o Tribunal do Trabalho. Organizou-se uma comissão especial, composta por dez membros da Comissão de Justiça e nove da Comissão do Trabalho.

O país não possui Carta Constitucional. Tem leis básicas, mas estas são ordinárias.

Há um órgão, denominado Controlador do Estado, eleito pelo Kneset com mandato certo e com a finalidade de fiscalizar o Governo. Anualmente, relata ao Kneset a ação do Governo.

O projeto de Deputado é apresentado inicialmente ao seu grupamento político. Cada partido tem um certo número de projetos, que pode apresentar durante o ano. Vemos aí a figura de uma primeira triagem, efetuada pelo grupamento político, dos projetos apresentados pelos Deputados.

Na discussão de projeto de seu interesse o Ministro ou o Vice-Ministro sempre está presente.

Na administração pública, o sistema do mérito é seguido para nomeação e promoção de funcionários.

Os funcionários públicos somam a cerca de 54.000. O funcionalismo sofre alguns descontos para a parte assistencial e de aposentadoria.

A ação governamental de Israel tem sido feita através de um planejamento global e perfeitamente integrado em todos os setores. O seu orçamento fixa uma política e um programa de Governo, voltados para uma justa distribuição de amparo entre agricultura, indústria e o social.

Em poucas outras áreas que visitamos, encontramos tal preocupação com a educação, que é o segundo item mais importante do orçamento nacional, o primeiro sendo a Defesa, por razões óbvias.

É verdade que, no momento, os gastos com a educação equivalem a um sexto daqueles com as Forças Armadas. O país vive em estado de guerra. São



reconhecidamente elevados os custos de um exército nos dias que correm. Mesmo assim, os gastos com educação correspondem a 120 mil cruzeiros *per capita*, isto é, cêrca de 350 milhões de libras israelenses. Nestes quantitativos, não se incluem as despesas das Prefeituras, dos Kibutzim e Moshavim, que são igualmente elevadas e que, segundo conseguimos estimar, somadas àquelas do Governo Central dariam números duas vêzes maiores.

Numa população de 2,5 milhões de habitantes, cêrca de 800 mil estão, no momento, freqüentando os bancos escolares em todos os níveis. A proporção fala por si mesma. E explica a afirmação de que, em Israel, cada soldado é como um oficial.

Em Israel, a criança deve permanecer na escola um mínimo de oito anos, o período elementar, que é gratuito. Em princípios do ano passado, ao que nos informaram, várias salas de aula foram fechadas, porque se registrou um excesso de salas de aula em relação aos alunos existentes.

Ao fim dos primeiros oito anos, os jovens se submetem a um teste de conhecimento que determina quais os que poderão seguir para o curso secundário, com o direito a mensalidades calculadas nas bases dos salários dos pais. O curso secundário não é gratuito. O país não dispõe de recursos financeiros suficientes para que o seja. Mas as mensalidades não sacrificam o orçamento doméstico.

O ensino de línguas estrangeiras é obrigatório e bem sucedido. São poucos no país os que não falam pelo menos duas línguas, além do hebráico.

E ainda no ginásio que se inicia o encaminhamento do jovem para a Universidade, segundo sua vocação. A cada ano, os jovens devem optar pelas matérias que lhes são mais interessantes. Ao fim do ginásio está apto para o curso universitário de sua escolha.

Há, também, um ensino secundário técnico altamente desenvolvido. A idéia básica é a de produzir um número suficiente de técnicos de nível médio, para servirem de executores de planos e idéias dos técnicos de nível superior. E existe ainda um número infindável de cursos rápidos de especialização, visando a facilitar o preparo e a atualização do homem para os trabalhos na indústria e na agricultura.

Alguns dados estatísticos interessantes: mais de 80% de todos os jovens que terminam o curso primário, concluem o secundário. De 15 a 20% dos que concluem o secundário, chegam ao fim de seus cursos universitários. Israel é dos poucos países do mundo que não se ressentem da falta de engenheiros ou cientistas.

O que é extraordinário, também, é a integração entre a escola e a vida econômico-social. Há um empenho total na formação de elementos para a

produção. E as Universidades vivem sob a permanente preocupação de buscar respostas aos problemas encontrados pelo país no seu esforço de produção. É assim que se explica que Israel esteja desenvolvendo uma indústria altamente sofisticada, baseada na ciência.

O espírito cooperativista, o empenho na educação, a ênfase sobre as ciências e a tecnologia respondem pelo fenômeno do desenvolvimento israelense.

Em Israel se diz que não há tecnologia sem educação apropriada, e não há progresso sem a cooperação de todos os cidadãos. Não se trata de "slogans", mas de realidade.

A experiência israelense é, por isso mesmo, da maior importância para todos os países que estão buscando o seu desenvolvimento.

Confirma-se lá, mais do que em qualquer outro local, que o desenvolvimento nacional só pode ser uma decisão nacional e uma responsabilidade da nação. Ninguém fará esse trabalho por nenhum outro país.

Também em Israel se confirma que apenas aqueles países que sabem colocar a educação no primeiro lugar de suas prioridades constroem as bases certas para o seu progresso. Nos dias de hoje, mais do que em qualquer época da história, ou se tem o homem convenientemente preparado para as funções de produção ou não se tem nada. As margens para o imprevisto são cada vez menos significativas e mais perigosas para os recursos nacionais.

Desde o início do Estado, o problema que se mostrou ao Governo com profunda importância foi o de onde localizar os imigrantes, isto é, onde construir casas para abrigá-los. Isto era fundamental, pois era necessário orientar as medidas adotadas em função da estrutura demográfica, estratégica e econômica da nação. Se a decisão de onde fixar o imigrante ficasse exclusivamente em função da oferta e da procura, as grandes cidades, como Haifa e Tel Aviv, teriam crescido em ritmo acelerado e não no desejado. O Governo conseguiu controlar o crescimento dos centros urbanos maiores, que tiveram suas porcentagens populacionais diminuídas em relação ao número total de habitantes do país. Haifa decresceu de 11,7 para 7,9% e Tel Aviv de 29,7 para 15,6%. Entretanto, cidades satélites se desenvolvem e as autoridades executaram um plano de localização dos habitantes entre os centros mais povoados e a periferia desabitada, entre a indústria e as colônias agrícolas.

Foi surgindo, com as modificações, uma nova paisagem em Israel. Mesmo quando ainda não havia chegado o verde no deserto, as vilas iam sendo plantadas em função da necessidade de exploração industrial da região.

Neguev, incluindo Bersheba, abrigava 1% da população em 1948 e, em 1964, já tinha 5,7%. Bersheba, que vimos implantada onde era deserto, hoje tem cerca

de 65.000 habitantes na cidade. É a capital do deserto de Neguev, onde grande parte dos recursos minerais de Israel estão localizados: fosfatos, cobre, manganês, potassa, petróleo (cobrindo hoje 8% do consumo que, suplementado por gás natural, alcança 12%), materiais refratários e outros recursos.

No Neguev, observa-se a entrada da agricultura com a irrigação em algumas dezenas de quilômetros. Mas as cidades que crescem demonstram que a sua destinação também é industrial, em face de sua estrutura geológica. A água vem do norte, provém do Rio Jordão e poderá vir, no futuro, da dessalinização das águas do mar. Toda a exploração dos recursos minerais está a cargo do Ministério do Fomento.

Vimos muitas instalações industriais no Neguev e sentimos a importância da construção de estradas, como, por exemplo, a rodovia Bersheba–Eilat (Suez terrestre), que abre a ligação do Israel à África Oriental e ao Extremo Oriente.

Vimos a maior fonte de minerais de Israel: O Mar Morto, cujas águas salobras contêm bromo, potássio, magnésio. São 270 gramas de sal em média por litro, densidade que não permite que se afunde praticamente nada em suas águas. Esta região de Neguev, que tem significativa importância para o futuro de Israel, “era considerada sinônimo de morte há anos passados”.

Afirmam, em Israel, que na história do Neguev o renascimento de Eilat nas margens do Mar Vermelho foi capítulo de suma importância. Hoje, ela se liga, asfaltada, com Bersheba e Tel Aviv, e se asfalta a estrada de Sodoma, no Mar Morto, até Eilat, para dar saída, por este porto, aos produtos daquela região. Projeta-se até lá a extensão da via férrea de Bersheba. De Eilat, parte um oleoduto, que vai a Bersheba e daí às refinarias de Haifa. Ele transporta 4.500.000 toneladas de petróleo por ano e é uma das fontes de abastecimento também da Europa.

Nessa região de Neguev, que sem ajuda do Governo seria deserto, foram construídas inúmeras cidades, como Bersheba, rodeada por um cinturão verde, com 600 estabelecimentos comerciais, escolas, institutos de pesquisa, teatro, hospital dos mais modernos (da Histadrut), cinema, população escolar de 17.000, nascendo ali 2.000 crianças por ano (o maior índice de natalidade de Israel). Calcula-se que, em 1968, Bersheba tenha 100.000 habitantes. Lá está também um dos melhores hotéis que conhecemos: Desert Inn.

Não tem edifícios muito altos e é densa em seu centro. Tudo é novo, bem organizado e funcional. Nada é supérfluo. Assim vimos em todas as outras cidades. Até o aspecto de cor é uniforme, pois é a do cimento. Praticamente, tudo pré-fabricado.

Outra cidade — Dimona — instalou-se para os trabalhadores das indústrias da região. Precisava ser eliminado o custo do transporte por terra dos produtos

do Neguev até o porto de Haifa. Foi construído, na costa do Neguev, o Porto de Ashdod, onde se iniciou uma gigantesca usina elétrica, para servir à região sul. Assim, onde há trabalho, surge uma cidade, ou uma vila, desde um Bror Chail até uma Bersheba.

E as moradias foram estudadas para atender às solicitações de judeus e não judeus. Os árabes tiveram até 1964 cerca de 2.500 unidades construídas e outras financiadas, de acordo com o que solicitavam os futuros inquilinos em função de seus costumes.

O Ministério de Habitação, com a Histadrut, esta através da Solel-Boné e outras empresas em menor escala, construíram em Israel:

Em 1955 – 29.900 moradias

Em 1959 – 32.500 moradias

Em 1962 – 37.800 moradias

Em 1964 – 37.900 moradias.

Entre 1948 e 1964, foram alojadas 631.000 pessoas em Israel, o que, em comparação com outros países, nos dá a seguinte porcentagem para novas moradias completadas, por 1.000 habitantes, em 1962, por exemplo:

Israel	18,2
França	6,6
Iugoslávia	5,3
Itália	6,6
Polónia	4,6

Uma média de 2.500 homens se aperfeiçoam na indústria de construção.

Falamos na conquista do deserto, que é de suma importância para o futuro de Israel. A atenção dada a esta questão é tal que se realizam investigações relativas ao que comer, como vestir, morar, beber, como e quando devem trabalhar os habitantes do deserto.

Mas assim como fez no sul, o Governo projetou o desenvolvimento de todas as demais regiões. Nota-se por exemplo, no desenvolvimento de Jerusalém, o seu papel de capital, inclusive com o comando cultural do país, o que determinou construções novas com uma beleza arquitetônica extraordinária, como o Museu do Livro, o Monumento aos Mortos da última guerra, a Universidade Hebráica.

Em todas as regiões, foram criadas condições para a atividade de seu povo. Há liberdade de escolha para todos os ramos, mas criam-se facilidades para o que se quer dentro do planejamento feito.

O Governo, por si ou por agências executoras, comanda o desenvolvimento pelos investimentos próprios, pela ajuda bancária, por privilégios de incentivos e por várias outras maneiras. Esse desenvolvimento foi ajudado também por um afluxo contínuo de capitais oriundos da Agência Judáica Nacional, por ajuda dos Estados Unidos, por pagamento de indenizações pela Alemanha e por empréstimos de bancos estrangeiros, que ajudam a cobrir um *deficit* do balanço de pagamentos, que se constitui num grande problema para a economia de Israel.

Apesar do esforço para eliminar esse *deficit*, ele ainda persiste em cerca de 300 milhões de dólares, menos do que em 1964, quando foi de 400 milhões.

As medidas, que são tomadas para o equilíbrio, levam ainda em conta que uma fonte de receita externa — a das reparações de guerra por parte da Alemanha Ocidental — diminui por força de acôrdo, a ponto de em 1965 ser de um terço em relação a 1961. O problema é: como diminuir cerca de 300 milhões de dólares, que excedem na importação?

Israel tem importado o essencial e forçado a exportação. De tal ordem é o seu esforço que a percentagem de exportação sobre a importação aumentou de 11,3% em 1949 para 50% em 1965. O seu plano prevê um aumento anual de 20% no valor das exportações, o que não é mais do que repetir a média de alguns anos, inclusive facilitado agora por acôrdo com o Mercado Comum Europeu, sobre privilégios aduaneiros para alguns produtos.

Os principais fornecedores de Israel são: Estados Unidos, Mercado Comum Reino Unido — em combustível e produtos para consumo.

Os principais compradores: Europa — 65%, América do Norte — 18%, Ásia — 13% e África — 4%.

Em 1964, os principais produtos exportados em milhões de dólares: diamante lapidado — 137,6; frutas cítricas — 52,8; têxteis — 39,4; produtos alimentícios — 30,3; produtos químicos — 17,7; ovos 5,9 e outros.

Observa-se que toda a iniciativa do Governo em Israel visa a ordenar os investimentos, de forma a ampliar a produção do que importa, aumentar também a oferta do que pode exportar dentro de um espírito amplo na busca do aumento da produtividade, inclusive na expansão de serviços que dão dólares, tais como, navegação, aviação, e, turismo.

Por todas as dificuldades que tem que vencer, Israel deve saber arrecadar e gastar. O seu orçamento interno divide a receita em duas parcelas distintas: uma ordinária, outra de fomento. Aquela é originária de impostos, onde o de renda entra com 60% e se destina às despesas normais; esta, a do fomento, destina-se às despesas com o desenvolvimento — agricultura, indústria, estradas,

energia, habitações etc. — e é oriunda 49% de fontes nacionais e o restante do exterior, inclusive de Campanha de Bônus, indenizações da Alemanha, empréstimos e outros.

A despesa é bem distribuída e feita em função do planejamento.

A sua distribuição percentual, no orçamento de 1965, para os diferentes setores, foi: 22,3 para fins econômicos; 23,8 para fins sociais; 31,6 para gerais, inclusive defesa e administração; 16,9 para amortização da dívida pública.

Devemos analisar alguns setores de atividades, para observarmos o seu desenvolvimento e o equilíbrio que há entre eles.

Pode-se observar, no quadro de aplicações bancárias, o tratamento dado ao crédito pelo Banco Central para os três ramos seguintes:

Agricultura .....	22%
Indústria .....	29%
Comércio .....	12%

A agricultura tem o seu desenvolvimento acentuado e amparado desde o planejamento pelo Ministério.

Os principais ramos industriais são: produtos alimentícios e bebidas; metalurgia; têxteis; produtos químicos e petroquímicos; roupas; madeira e móveis; minerais não metálicos; papel; veículos; lapidação de diamantes; plásticos; equipamentos elétricos e outros.

A dispersão de indústrias é considerada importante e o Governo concede maiores facilidades para as instalações em regiões programadas para recebê-las.

O capital estrangeiro é bem aceito dentro da legislação existente, que visa a ampliar a produção exportável.

Julgamos interessante sintetizar outras informações, para que se possa conhecer melhor ainda a vida dos israelenses, seus sucessos, seus problemas e a expectativa do futuro:

- 1 — População da zona rural: 23%; da zona urbana: 77%. No Brasil, a população rural atinge a mais de 50%.
- 2 — Porcentagem de ocupação de pessoas:
 

Agricultura .....	12,9
Indústria .....	25,3
Construção e obras .....	10,2
Comércio .....	12,7
Administração pública .....	7,6

## 3 — Saúde Pública:

O Ministério da Saúde é a suprema autoridade no setor. Tem 14 postos de saúde distritais, 33 hospitais, num total de 130 no país, tendo 7.400 leitos, mantém clínicas infantis, escolas de enfermagem, laboratórios etc.

A Kupat Jolim tem filiados 70% da população, 1.005 dispensários, vários hospitais, institutos de raios X, farmácias, postos de maternidade e infância, num total de 157.

Em 1965, havia hospitais com 17.600 leitos, sendo 7.650 gerais, 7.400 enfermos mentais, 1.450 crônicos, 577 para reabilitação e 470 para tuberculosos. Em planificação encontram-se mais 1.430 leitos.

## 4 — Relações com os árabes:

Todo o serviço (moradia, saúde, assistência, financiamento etc.) existente para o judeu, existe também para os árabes.

## 5 — Percentagem por origem da imigração:

45% — Europa, América e Oceania

55% — Ásia e África.

6 — A porcentagem de desempregados em relação à força de trabalho é, em média, de 0,4%.

Praticamente emprêgo total.

7 — Dos dois e meio milhões de israelitas, cerca de um milhão e setecentos mil estão na idade de trabalho. Mas a força de trabalho efetivo é estimada em 910 mil pessoas, ou 35% da população. Dêsse total, cerca de 115 mil estão na agricultura, 220 mil na indústria, 100 mil no comércio, 80 mil na construção, 60 mil em água e transporte, 200 mil em serviços diversos, particulares ou governamentais. Há ainda os estudantes universitários e aqueles que estão nas Forças Armadas.

## 8 — Energia elétrica.

Capacidade geradora da ordem de 750.000 kw.

## 9 — Mortalidade Infantil

1949 — 52,3 em 1.000

1965 — 23,9 em 1.000 pop. judeus

42,6 em 1.000 pop. não judeus

## 10 — Natalidade em 1965

22,4/1.000 pop. judeus

51,4/1.000 pop. não judeus

## 11 — Expectativa de vida

## EEUU – 1963

Homens: 66,6

Mulheres: 73,4

## Israel – 1964

Homens: 70,2

Mulheres: 73,4

## 12 – Causas da mortalidade:

Enfermidades cardíacas, câncer e enfermidades de primeira infância.

A tuberculose está desaparecendo e também a malária.

## 13 – Movimento científico.

São vários os institutos e os centros universitários de pesquisas. E já o Brasil recebeu técnicos especializados em Israel no setor de irrigação, para estudos de nossa região nordestina.

14 – Visitamos o Instituto Weisman, Cientistas de todo o mundo. Tem 19 unidades de investigação. Atualmente, fazem cerca de 200 investigações em vários setores.

Instalações e aparelhagens das melhores do mundo. — Recursos suficientes para os mais exigentes. É um dos orgulhos de Israel. Foi fundado em 1944 e inaugurado em 1949. Nome em honra ao primeiro presidente, Chain Weizman. É situado num parque admirável.

## 15 – Energia Solar.

Aquecedores domiciliares e unidades produtoras de energia elétrica coletada da energia solar, destinados às aldeias longínquas. Usinas geradas por coletores solares que captam os raios em zonas ensolaradas. Uma unidade de um Kw pode regar 3 ha. de terras e dar iluminação para uma aldeia de 26 famílias.

## 16 – Energia Atômica.

Estão adiantados neste setor e já narramos os estudos e execução conjuntos com os Estados Unidos, para produção de energia e dessalinização da água do mar. A Comissão de Energia Atômica estuda as possibilidades de minerais radioativos no país. Já foi, em 1960, instalado um reator que presta reais serviços ao mundo científico.

17 – Rodovias asfaltadas demonstram o esforço feito. Quase tôdas novas. Importante a ligação com Eilat de Bersheba e Sodoma, esta em construção. Ferrovias são do Estado: 427 km. Pudemos ver Tel Aviv—Jerusalém, Tel Aviv—Bersheba—Dimona (esta ligação completada em 1965.).



Aviação em grande movimento.

El Al — Companhia Internacional de alto conceito.

Companhias estrangeiras também servem Israel.

Arkia, subsidiária de El Al, é para serviço interno de Israel.

#### 18 — Comunicações:

Rádio — telefone — Telex com os países que têm rêde internacional (menos com os árabes).

#### 19 — Rádio do Estado (A Voz de Israel).

A televisão está na fase educativa exclusivamente.

#### 20 — Visitamos o Museu do Livro:

Arquitetura impressionante. Possui obras de valor inestimável.

#### 21 — Artes — Música

Uma das melhores orquestras do mundo é a Filarmônica de Israel: Tem 27.000 subscritores — recorde mundial em relação à população.

As escolas do Estado empregam 450 professôres de música, assim como a 230 mestres de jardins de infância com instrução musical. Há cêrca de 130 orquestras e 490 coros escolares. O Ministério de Educação e Cultura supervisiona 25 conservatórios com 9.000 estudantes.

A arquitetura é moderna e estupenda.

É considerável o número de pintores e escultores em todos os estilos modernos. Vimos várias exposições. Existe uma aldeia de artistas — Ein Hod — organizada por êles mesmos e uma colônia dêles em Safed. A escola mais destacada é a Escola Bozalol de Jerusalém.

#### 22 — Imprensa

São 23 diários matutinos e 2 vespertinos, na sua maioria partidários. 14 matutinos são em hebreu e o restante em outras línguas (inglês, alemão, árabe, francês, idish etc.).

As maiores tiragens são de 40.000 exemplares para os matutinos e até 100.000 para os vespertinos.

#### 23 — Teatro

É muito diversificado e popular. Representam simultâneamente dezenas de obras, sérias e amenas, clássicas e populares. Soubemos, por informações, que se apresentam também nas zonas rurais.

#### 24 — Liberdade de culto.

É cumprida em tôda a extensão. A grande maioria da população é constituída de israelitas, mas há 55.000 cristãos, que têm o centro principal em Nazaré. Há 200 igrejas e capelas.

#### 25 – Assistência Social

Em 1912 Henrietta Szold fundou uma organização com fim assistencial. O movimento cresceu e ela o impulsionou até o final de sua vida.

O Ministério de Assistência Social é hoje responsável pelo setor, contando com várias organizações. Os imigrantes, nos primeiros tempos, recebem ajuda através de Agência Sionista.

O Seguro Nacional dá pensão para homens a partir de 65 anos e 60 anos para mulheres, ajudando também em acidentes de trabalho. Há várias organizações para assistência à infância, doentes mentais, crianças excepcionais etc.

Cêrca de 25.000 crianças – 4% da população até 17 anos, vivem em instituições diversas. Foram, em grande parte, mandadas ou levadas a Israel por pessoas que não podem abandonar seus países de residência. Há vários serviços para jovens, inclusive pátios para jogos e outras organizações com programas educacionais. Os velhos, que podem trabalhar, encontram organizações para orientá-los e aproveitá-los.

A delinqüência juvenil é muito pequena em relação a outros países. Foi grande a tarefa de assistir aos imigrantes, velhos, jovens e crianças. Ainda há muito a fazer. “Se não completaste a tarefa, isto não te autoriza a desistir” – frase que é sempre lembrada em Israel.

26 – É de suma importância o problema de defesa. As Fôrças Armadas são õtımamente equipadas.

O serviço militar é obrigatório para homens de 18 a 26 anos por um período de 26 meses. De 27 a 29 anos, se não serviu está ainda sujeito por dois anos. Mulheres solteiras de 18 a 26 anos servem por dois anos, podendo ser dispensadas por religião. Elas prestam serviço como pessoal não combatente.

#### 27 – Números quanto ao ensino estatal:

Escolas (hebréias e árabes) –	4.770
Corpo docente	34.340
Alunos	654.720

Em cursos superiores, cêrca de 25.000 estudantes.

Visitamos a Universidade Hebráica em Jerusalém. É a mais importante e conta com 12.000 estudantes.

Universidade de Tel Aviv – 5.000 estudantes.

Universidade de Bar Han – 2.000 estudantes.

O Instituto de Tecnologia de Haifa conta com 14 faculdades. Seu corpo discente é da ordem de 7.000 alunos.

O ensino superior não é gratuito. O Governo ampara com 50% das despesas.

Depois dessas citações tôdas, voltemos novamente ao exame rápido da estrutura econômica de Israel, lembrando a idéia que se pode tirar do que disse Avner Hovne, Assessor do Ministério do Trabalho: não precisamos aprofundar-nos muito no aspecto econômico de Israel para entender o seu progresso. É preciso conhecer-se o seu ambiente geral, a história do seu povo, as suas experiências sociais, tudo enfim de sua vida para percebermos como foi possível realizar o que lá se vê.

Quando se analisa a estrutura econômica de uma nação, surge automaticamente uma pergunta: o país é rico ou pobre?

O Estado de Israel é rico ou pobre?

Não há dúvida de que, se respondermos a esta pergunta com base nos recursos naturais do país, optaremos pela negativa. Do ponto de vista econômico, Israel é pobre. Não possui riquezas hidrológicas, nem florestas a explorar, mas unicamente pequenas áreas de terra arável, alguns campos petrolíferos e de gás natural e alguns minérios.

É verdade que a terra tem um profundo significado histórico e social e oferece grande atração aos estrangeiros. Esses atributos, porém, apesar de muita valia para efeito de turismo, não têm cotação no mercado. Seu maior *handicap* se encontra na planície costeira, que produz laranjas de excelente qualidade, e no Mar Morto, que abunda em minerais, especialmente potassa.

Mas há outras formas de responder à pergunta acima. Por exemplo, a estrutura da economia nacional pode ser analisada ou verificada pelos dados componentes do produto nacional bruto (PNB). Em 1960, o PNB, ou seja, a soma dos valores de tudo o que o país produz, era estimado em 4 bilhões e 500 milhões de libras, aproximadamente 1 bilhão e meio de dólares. Cinco anos depois, atingia a 10 bilhões e 700 milhões de libras, ou aproximadamente 3 bilhões e 530 milhões de dólares. Três vezes mais, portanto.

No mesmo período, a renda do setor privado da economia passava de 3 bilhões e 400 milhões de libras para 8 bilhões.

Façamos outra análise, à margem do mesmo produto nacional bruto. Em 1952, o PNB *per capita* equivalia a 400 dólares. Isso significa que, após distribuído — entre homens, mulheres e crianças — o valor de todos os bens e serviços produzidos em Israel durante o ano, cada um receberia o equivalente a 400 dólares em libras israelitas. Nessa época, nenhum país, excetuados os da Europa,

América do Norte, Austrália, Nova Zelândia e Venezuela (devido ao petróleo), podia contar com tão elevada receita *per capita*.

Em 1962 o ingresso *per capita* se elevou, em Israel, a 850 dólares. Esse nível já correspondia ao de um país médio da Europa e se aproximava bastante de nações como a Grã-Bretanha e França, com a vantagem de que a distribuição era mais equitativa. Isto significa afirmar que a diferença de receita entre o rico e o pobre, em Israel, não era tão acentuada como nos outros países com renda *per capita* equivalente ou superior. Vencimentos de 1 para 6.

O aumento médio do PNB nesses anos correspondeu a cerca de 11%.

Comparemos rapidamente com outros países. No mesmo período, houve o seguinte aumento aproximado do PNB *per capita* por ano nas nações que citaremos:

- Grã-Bretanha — 3%
- Canadá, Suécia e França — 4%
- Itália — 5%
- Alemanha Ocidental — 7%
- Japão — 9%

Em termos percentuais para a formação do produto bruto nacional, em 1955 a agricultura contribuiu com 11,2% do total, a indústria com 22,3%, a construção civil e 8,1, a água e a eletricidade com 1,6, os transportes e comunicações com 6,9 e o comércio e serviços pessoais com 21, o setor público e instituições de fins não-lucrativos com 20 e a Casa Popular com 5,4.

Em 1965, dez anos depois, a agricultura estava contribuindo com 8,5 para o PNB, a indústria com 24,2, a construção civil com 7,2, água e eletricidade com 2, transportes e comunicações com 8, comércio e serviços com 18,7, o setor público com 18,7 e a Casa Popular com 7,5.

Verificamos um elemento importante: houve variação na distribuição da população. Hoje, a percentagem de população que vive no campo é bem menor que há dez anos.

A explicação em relação a este fator é simples. A utilização intensiva da mecanização permitiu a liberação da mão-de-obra. É mais barato produzir com máquinas do que com homens.

Por outro lado, o crescimento da participação relativa da indústria na formação do produto nacional decorre do grande esforço de industrialização que o país realiza.

Israel tende a ser um grande centro de indústrias de transformação.

Pelas condições de seu solo, considerou ser este o melhor caminho a seguir.

Não temos dúvidas de que será bem sucedido nesta empreitada como foi em tôdas as outras.

É verdade que, hoje, o país atravessa uma fase de dificuldade. Houve uma inflação de 8% em 1965. Considerou-se que esta inflação estava prejudicando o esforço de exportação, porquanto o país deve produzir mais, melhor e a preços cada vez mais competitivos. Não dispondo de um grande mercado interno, nem de grandes recursos naturais, precisa exportar para viver.

Também se está registrando uma queda nas entradas líquidas de capital e de imigrantes.

Em relação aos imigrantes, o que acontece é que, nos países livres e democráticos, onde hoje êle não precisa temer a discriminação, o israelita não emigra. Nestes países livres e democráticos, não há memória das perseguições de que foi vítima em tantas regiões.

Aceito como igual, pois, igual êle é, podendo integrar-se nas sociedades em que vive e para as quais contribui com o seu trabalho e imaginação, êsse israelita encara Israel apenas como a fonte de inspiração de sua história e de sua religião. É justo e bom que assim seja.

O Brasil, para honra nossa, é destes países onde os homens são julgados pelo seu valor pessoal, jamais por suas origens raciais, sociais ou religiosas. Nunca entendemos que fôsse diferente e julgamos que é anormal quem assim não entende.

Voltando, porém, ao tema: também se explica que diminuem as entradas líquidas de capital. Israel se normaliza como país. E se é verdade que persiste a incrível situação de guerra nas fronteiras, êle agora deve construir o seu futuro mais e mais na base dos recursos que possa originar com o seu próprio esforço interno.

É de se citar que a Histadrut propôs um congelamento de salários por um período de dois anos.

Não sentimos em Israel nenhuma insatisfação pública. Há uma grande compreensão para o que o Governo faz.

O país vive em estado de guerra desde a sua criação. Cada pai de filho maior de 18 anos, homem ou mulher, deita-se sem saber se verá o seu filho no dia seguinte. Nas fronteiras, o perigo é permanente.

Mas, não sentimos nem receio e nem inquietação na população. A vida continua e avança como se existisse a paz que todos querem mais do que nada. É que o povo que tanto sofreu, tanto merece ter.

Já dissemos que nem a assistência econômico-financeira, nem a imigração de qualidade, nem governos práticos bastam para construir um país.

Israel dispõe de tudo isto. E apenas isto já seria muito, mas não cremos que tudo isto responda pelo seu extraordinário desenvolvimento.

Cremos que, nas bases do seu desenvolvimento, esteja, em primeiro lugar, a fé.

O imigrante chega com a fé que preservou através de milênios, de falta de uma terra nacional. A fé que permitiu resistir a toda espécie de perseguições e sofrimentos.

É esta fé no destino nacional que, em Israel, se transforma em amor à pátria e que, por sua vez, se traduz em trabalho produtivo em todos os setores das atividades humanas e num espírito de compreensão extraordinária.

Mas, se é verdade que a fé move montanhas, também é verdade que precisa ser completada com os instrumentos apropriados. Na base do desenvolvimento de Israel está o homem. Está o fato de que todas as preocupações do Governo se concentrem num só ponto, em dar ao homem, através da educação, as possibilidades da mais plena realização de seu potencial de ser humano e de indivíduo.

A filosofia cooperativista consiste em que o indivíduo, sem sacrificar nenhuma de suas liberdades, encontra a solução para os seus problemas materiais na ajuda mútua. É a filosofia de fazer com que cada homem possa dar o máximo de si em seu próprio benefício e no da comunidade.

O desenvolvimento de Israel ocorreu, e continua, porque é um país de homens livres, que amam, que trabalham, que realizam, que são unidos, de mãos e corações unidos, pelo desenvolvimento, pela paz, pela liberdade e pelo futuro.

Vimos Israel e, mais do que isso, procuramos, com isenção, sentir o seu povo. E durante o período em que lá estivemos a nossa sensibilidade foi aumentada, pois não só visitávamos um país amigo como, principalmente, percorríamos caminhos percorridos por Cristo. Não há quem não se emocione assim nos lugares santos. E assim emocionados, comovidos mesmo, as nossas observações foram feitas mais no aspecto humano do que em outro qualquer.

Nós sentimos em Israel a sensibilidade humana de seu Governo e observamos que, apesar de tantas dificuldades, seu povo é feliz. Em Nazaré um padre amigo rezou para nós uma missa na gruta da Anunciação; no Monte Sion, lugar santo para três religiões, também pedimos humildemente pela compreensão entre os homens.

E assim fizemos lembrando-nos, num preito de justiça, dos que no passado sofreram, dos que ontem tombaram, dos que hoje lutam pelos ideais de Liberdade, Justiça e Paz.